



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 102/11

SÚMULA: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme especifica.

Art. 1º. Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

§1º. O serviço deve ser disponibilizado através da manutenção de um recipiente, em local visível, no próprio estabelecimento, com a indicação de que é destinado para recolher produtos que contenham metais pesados.

§2º. O descumprimento do estabelecimento no caput deste artigo sujeitará ao infrator as seguintes sanções:

I – advertência por escrito na primeira infração;

II – multa no valor de 8 (oito) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná.

Art. 2º. Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. Os fabricantes de produtos que trata a presente Lei, e seus respectivos representantes comerciais, estabelecidos no Estado do Paraná, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados para reciclagem ou destinação final de seus produtos descartados pelos consumidores, sem causar prejuízo ambiental, ficando obrigados a procederem o recolhimento do material descartado nos estabelecimentos de revenda.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Parágrafo único. O descumprimento do estabelecido no caput deste artigo sujeitará o infrator a seguinte sanção:


I – multa no valor de 16 (dezesseis) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná, aplicada em dobro nos casos de reincidência.

Art. 3º. O artigo 5º da Lei 16.075 de, 01 de abril de 2009, fica renumerado como artigo 4º.


Art. 4º. O artigo 6º da Lei 16.075 de, 01 de abril de 2009, fica renumerado como artigo 5º.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

D. L.

Fls. 01

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 18 ABR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI 334 /2011.

SUMULA: *Regulamenta a cobrança das diárias dos meios de hospedagem no Estado do Paraná.*

ARTIGO 1º - As diárias em hotéis, pousadas, pensões, casas de repouso e similares, no Estado do Paraná, passam a vencer a cada 24 horas, comprovadamente, a partir do ingresso dos hóspedes no estabelecimento.

ARTIGO 2º - Fica proibida a cobrança de mais de uma diária antes que complete o período a que se refere o artigo anterior desta Lei.

ARTIGO 3º - A presente Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação, conforme estabelece a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro em seu Artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 12 de abril de 2011.


FABIO CAMARGO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

Em homenagem ao Deputado Antonio Belinati, reapresentamos o projeto que só não aprovado por causa da burocracia da casa, já que tinha passado por todas as comissões e aguardava a votação do plenário.

Portanto um fato que Virou rotina, praxe, hospedes serem explorados em alguns hotéis, pousadas, pensões e casas de repouso, quando são constrangidos a pagarem 2 diárias por uma hospedagem que, em alguns casos, dura apenas algumas horas. Isso fere, frontalmente, o Código Civil, em seu artigo 186, que considera o abuso fonte de enriqueci-mento ilícito.

Para exemplificar melhor para nossos nobres Pares: um hóspede que se hospeda de manhã, digamos, 10 ou 11 horas da manhã, ou antes, tem sua diária ven-cendo ao meio dia. Pode haver compreensão em alguns locais de hospedagem, sem a cobrança de 2 diárias no mesmo dia. Mas isso nem sempre ocorre, havendo, sim, a condenável postura de maus empresários do setor hote-leiro, que cobram 2 diárias para uma hospedagem inferior a 24 horas. Até o maior dos absurdos poderia ocorrer, como do cliente hospedar-se 1 hora antes do vencimento da diária e, por razões várias, for chamado por uma emergência, tendo de deixar o estabelecimento 1 hora depois do vencimento da diária, acabe vítima do cúmulo do absurdo de arcar com o pagamento de 2 diárias. Nossa homenagem aos bons e respeitados empresários da rede hoteleira e, para conter abusos de outros maus hoteleiros, o caminho correto é aprovação do presente projeto, para cuja elaboração contamos com a sábia contribuição do brilhante advogado Bartolomeu Silva, OAB nº 13.447.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 334/2011

Projeto de Lei nº 334/2011.

Autor: Deputado Estadual Fábio Camargo

Súmula: Regulamenta a Cobrança das Diárias dos Meios de Hospedagem no Estado do Paraná.

EMENTA: COBRANÇA DAS DIÁRIAS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA PARLAMENTAR AFERIDA PARA PROPOSITURA DO PROJETO DE LEI, ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE ESTADUAL PARA LEGISLAR SOBRE PRODUÇÃO E CONSUMO, ART. 24, V. CONFORMIDADE COM A LEI Nº 11.771/2008. EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL, POSSIBILIDADE DE EXERCER A COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR, ART. 24, §§ 1º E 2º, DA CF. DIREITO DO CONSUMIDOR DE TER INFORMAÇÕES A CERCA DO SERVIÇO OFERECIDO E PROTEÇÃO CONTRA PRÁTICAS ABUSIVAS, ART. 6º, III E IV O CDC. CONSTITUCIONAL E LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fábio Camargo tem por finalidade dispor sobre a cobrança de diárias nos meios de hospedagem, tendo como objetivo evitar que os



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

hospedes paguem duas diárias referentes ao mesmo dia em decorrência do horário em que deram entrada.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando com tal entendimento, o REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

Tendo em vista que o presente projeto visa estabelecer a cobrança de diárias nos meios de hospedagem de acordo com o tempo efetivamente utilizado, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece competência legislativa concorrente a respeito da produção e consumo, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Com relação a cobrança de diárias nos meios de hospedagem, a **LEI FEDERAL Nº 11.771/2008**, dispõe sobre regras para cobrança de diárias, senão vejamos:

Art. 23. Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.

(...)

§ 4º Entende-se por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de 24 (vinte e quatro) horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes. (grifo nosso).

Nota-se que a presente lei estabelece diretrizes gerais a respeito do conceito de diária e como esta deverá ser cobrada.

Diante da existência de legislação federal estabelecendo diretrizes gerais a cerca do assunto tratado no presente projeto de lei, o Estado possui a competência para exercer a competência legislativa suplementar a respeito do assunto, conforme estabelece os parágrafos do artigo 24, da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o artigo 6º, III e IV, do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elenca como direitos do consumidor, o direito a informação adequada dos serviços prestados e a proteção contra práticas abusivas, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços; (grifo nosso).

Diante do exposto, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação, estando revestido de constitucionalidade e legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 3º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 98/95**, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação" e "revogadas as disposições em contrário", senão vejamos:


Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.


Assim, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 334/11


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI Nº 374/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 03 MAIO 2011

1º Secretário

SÚMULA: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Paz e da Conciliação a ser comemorado anualmente na data de 22 de Julho.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia Estadual da Paz e da Conciliação, a ser comemorado anualmente na data de 22 de Julho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 03 de maio de 2011.

PROF. LEMOS
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A violência e todas as suas conseqüências são por todos nós conhecidas no âmbito individual e coletivo, em nossa sociedade. Estas conseqüências se tornam visíveis em todo tipo de organização social tais como escolas, clubes, associações, igrejas, família e a sociedade como um todo.

O Estado, como órgão regedor da nossa sociedade tenta, através de suas leis e gerenciamentos, outorgar um sistema social equitativo e justo com a finalidade de ter, em nossa sociedade, a paz por todos nós almejada.

O conflito é inerente à sociedade, a violência é uma escolha. Assim, o conflito não pode ser resolvido apenas através da contenção da violência. Contudo, a violência pode ser evitada se as condições estruturais básicas para a paz existirem.

A paz implica, assim, ausência de violência física e psicológica organizada, a satisfação das necessidades humanas básicas e, ao nível institucional, estruturas representativas e de partilha de poder, bem como, a promoção e proteção dos direitos humanos.

Nós precisamos intensificar o empenho no trabalho pela paz e conciliação como parte integrante de uma política social coerente e de longo prazo. Para tanto e a exemplo de outros Estados é que propomos o Projeto de Lei em tela.



PROJETO DE LEI 374/2011

AUTOR: DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DA PAZ E DA CONCILIAÇÃO A SER COMEMORADO ANUALMENTE NA DATA DE 22 DE JULHO.

EMENTA: INSERÇÃO DATA CALENDÁRIO OFICIAL. DIA ESTADUAL DA PAZ E DA CONCILIAÇÃO. COMPETÊNCIA. MEMBRO LEGISLATIVO. ARTS. 65 E 190, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 374/2011 de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos objetiva inserir no Calendário Estadual o "Dia Estadual da Paz e da Conciliação", a ser comemorado anualmente no dia 22 de julho.

Fundamentação:

O **Regimento Interno** da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto, estritamente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Portanto, esta análise ficará restrita à constitucionalidade e legalidade do Projeto, pois as demais comissões analisarão o mérito acerca da pertinência da institucionalização do dia do técnico em meio ambiente e da eventual existência da data no calendário oficial do Estado.

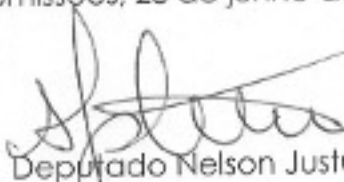
A constitucionalidade da proposição reside no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, diante da constitucionalidade, legalidade e legitimidade, **opino pela aprovação do Projeto de Lei nº. 374/2011 e pelo seu regular prosseguimento nesta Casa Legislativa.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator

2

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri
Praça Nossa Sra. de Saetã, s/n - 8º andar - gab 805
Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 - end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br
www.tadeuveneri.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 374/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Estadual Professor Lemos apresentou Projeto de Lei, inscrito sob o nº 374/2011, instituindo, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Paz e da Conciliação, a ser comemorado, anualmente, no dia 22 de julho.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tadeu Veneri, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, versando o projeto sobre a estipulação de uma data para a comemoração do dia Estadual da Paz e Conciliação, o mérito da proposição é inerente, dentre outros aspectos, ao desenvolvimento cultural. Afinal, estabelecer um dia específico, no calendário oficial, para se comemorar a Paz e a Conciliação é uma forma indubitosa de promoção de valores culturais importantes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Relembre-se, por oportuno, que como bem destacou o autor da presente proposta, a sociedade contemporânea é permeada por diversos conflitos. Para a sua resolução, cabe ao Poder Público propagar formas pacíficas de conciliação, tal como propõe o ilustre Deputado Professor Lemos.

Além disso, a Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como uma diretriz a solução pacífica de controvérsias. Assim sendo, encontra-se o Poder Público vinculado a tal diretriz para a promoção de suas ações.

Desse modo, a proposição por certo que contribuirá bastante com a promoção da paz, posto que o Poder Público do Paraná poderá utilizar tal data para propagar determinados valores que resultarão em uma sociedade solidária, este, aliás, outro valor fundamental eleito no preâmbulo do texto constitucional.

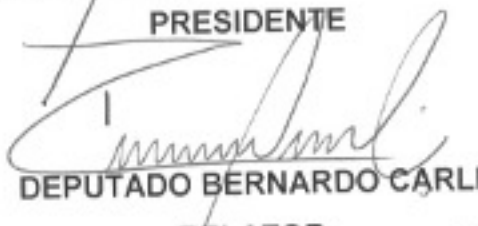
III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

13/09/2011


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

PRESIDENTE


DEPUTADO BERNARDO CARLI

RELATOR






Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI 374/11

Projeto de Lei nº 374/11

Autor: Deputado Professor Lemos

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Paz e da Conciliação a ser comemorado anualmente na data de 22 de julho.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DA PAZ E DA CONCILIAÇÃO. APROVAÇÃO.

I - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Paz e da Conciliação a ser comemorado anualmente na data de 22 de julho. O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, tendo seu mérito já sido aprovado pela Comissão de Cultura após criteriosa análise, estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.



II - MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33, §14º do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei a criação de data para comemoração do Dia Estadual da Paz e da Conciliação, sendo a estipulação de tal data forma inequívoca de promover valores sociais e de cidadania importantes.

Em razão de haver na nossa sociedade – como em qualquer outra – muitos conflitos de interesses que permeiam as relações humanas, é importante a fixação de uma data para propagar valores relacionados à não-violência e à solução pacífica de conflitos, dentro da ideia constante no preâmbulo da Constituição Federal.

Portanto, a presente proposição trará inequívoco incentivo à promoção da cidadania ao promover valores que buscam a solução pacífica de conflitos e a paz social.

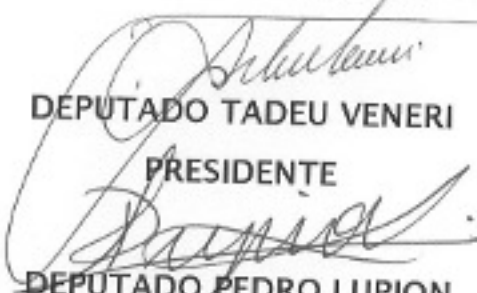


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.


DEPUTADO TADEU VENERI

PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual

D. L.
Fls. 62

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.D.

Em, 21 JUN 2011

~~1º~~ Secretário

PROJETO DE LEI Nº 530/11

SÚMULA: Declara de Utilidade Estadual a Universidade Livre da Cultura - UniCultura.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Universidade Livre da Cultura - UniCultura, com sede e foro no Município Curitiba no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 21 de fevereiro de 2011.

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Universidade Livre da Cultura - UniCultura, constitui-se em organização da sociedade civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado, de natureza associativa, beneficente e sem fins econômicos, tem os seguintes objetivos institucionais:

- A UniCultura tem como objetivo social criar e consolidar nos cidadãos a consciência do papel que a cultura desempenha como elemento formador da identidade e memória nacional, gerador de trabalho e renda e de inclusão social, dentro da visão de transversalidade da cultura com a educação, saúde, desporto, meio ambiente, turismo e assistência social.
- Promover a pesquisa e o desenvolvimento técnico-científico de informações, conhecimentos e o desenvolvimento, gerenciamento e execução de projetos de difusão, reflexão, gestão, promoção cultural, bem como difundir valores associados, buscando equilíbrio entre os aspectos: cultural, turístico, ambiental, econômico, social, desportivo, saúde e espacial.
- Gerar iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos sociais e respeito à diversidade cultural do país.
- Desenvolver, estimular e divulgar estudos e pesquisas visando a construção, ampliação e a difusão de conhecimentos técnicos e científicos e a busca de soluções, orientadas a fornecer elementos práticos de gestão para o desenvolvimento sustentável, privilegiando a preservação e conservação da cultura, dentro da visão de transversalidade da cultura com a educação, saúde, desporto, meio ambiente, turismo e assistência social.
- Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, e ambiental.
- Promoção gratuita da educação.
- Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.
- Experimentação não lucrativa de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.
- Promoção da educação ambiental.
- Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, tendo a cultura como fator de mudança.
- Criar, fomentar e desenvolver ações sócio-educativas, ambiental, de desporto e culturais voltadas para crianças e adolescentes.
- Gerar ações de integração social entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos através das diversas manifestações artísticas e desportivas.



- Elaborar, fomentar desenvolver e executar projetos a partir da transversalidade da cultura com as áreas de saúde, educação, esportes, justiça, meio ambiente, trabalho, inclusão digital, voltados para crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social
- Elaborar, fomentar desenvolver e executar projetos a partir da transversalidade da cultura com as áreas de saúde, educação, esportes, justiça, meio ambiente, trabalho, inclusão digital, voltados para jovens, adultos e idosos, quer estejam, ou não, em situação de vulnerabilidade social.
- Colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos e privados em programas administrativos, científicos e tecnológicos e na promoção da integração ao mercado de trabalho e em atividades de amparo às crianças, adolescentes e idosos carentes, bem como de habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária, inclusive no fomento de práticas desportivas e culturais.
- Desenvolver atividades técnicas, de consultoria, científicas e administrativas, para instituições públicas ou privadas, podendo, inclusive, contratar pessoal, seja especializado ou não, para atender às finalidades propostas.
- Produzir e executar serviços de radiodifusão em todas as suas modalidades, sem finalidade comercial, ou seja, com fins exclusivamente educativos, culturais, desportivos, saúde, turismo, científicos e beneficentes.

E por fim, para a consecução de suas finalidades, a UniCultura atua principalmente mediante a promoção e realização de cursos, seminários, oficinas, 'workshops', palestras, exposições e outros eventos culturais educativos; a publicação de textos técnicos; ações de comunicação de massas; a criação e disponibilização de bases de informações que propiciam e estimulam a realização de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimentos da cultura e sua transversalidade com a educação, saúde, desporto, meio ambiente, turismo e assistência social, inclusive pelo estabelecimento de intercâmbio com entidades congêneres do país e do exterior, a prestação de serviços de consultoria especializada nos diversos campos relacionados à sua área de atuação, junto a outras organizações com ou sem fins lucrativos e a órgãos do setor público, bem como à instituições empresariais que busquem o desenvolvimento cultural por meio de projetos no âmbito da responsabilidade social.

Isto posto, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio à Matéria aqui elencada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 530/2011

Projeto de Lei nº. 530/2011

Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Universidade Livre da Cultura - Unicultura**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –
LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS –
PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Universidade Livre da Cultura - Unicultura**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO DUÍLIO GENARI

RELATOR



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 681/2011

Sumula: Dispõe sobre a equiparação do salário dos professores da Rede Estadual de Educação Básica ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo.

Art. 1º - Sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso, na tabela de jornada de 20 (vinte) horas semanais, incidirá o percentual de 3,00% (três por cento), a partir do mês de julho de 2011, com reflexo nos interníveis e interclasses da tabela e mesmos reflexos na tabela de jornada de 40 (quarenta) horas com inicial de R\$ 849,98 (oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos), para a tabela de 20 (vinte) horas, e R\$ 1.699,95 (mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) para a Tabela de 40 (quarenta) horas.

Art. 2º - Sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso, na tabela de jornada de 20 (vinte) horas semanais, incidirá o percentual de 2,83% (dois, vírgula, oitenta e três por cento), a partir do mês de outubro de 2011, com reflexo nos interníveis e interclasses da tabela e mesmos reflexos na tabela de jornada de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º - Não haverá ingresso de servidores nas classes especiais das jornadas de trabalho de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º - As disposições da presente Lei aplicam-se também aos servidores inativos e geradores de pensão regidos pela Lei Complementar nº 103/04, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem direito à isonomia e paridade, nos termos da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 5º - O Anexo I do artigo 23 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, passa a vigorar de acordo com o constante do Anexo Único desta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 6º – A implementação em folha de pagamento, constante da presente lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Administração e as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 7º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de agosto de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTERIO - OPM

TABELA JORNADA 20 HORAS										
AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26)										
CLASSES										
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
NÍVEL III	1.817,19	1.908,04	2.003,45	2.103,62	2.208,80	2.319,24	2.435,20	2.556,96	2.684,81	2.819,05
NÍVEL II / G7	1.062,47	1.115,59	1.171,37	1.229,94	1.291,44	1.356,01	1.423,81	1.495,00	1.569,75	1.648,24
NÍVEL I / F6 INGRESSO	849,98	892,48	937,10	983,95	1.033,15	1.084,81	1.139,05	1.196,00	1.255,80	1.318,59
										1.384,52

TABELA JORNADA 40 HORAS										
AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26)										
CLASSES										
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
NÍVEL III	3.634,37	3.816,09	4.006,89	4.207,24	4.417,60	4.638,48	4.870,40	5.113,93	5.369,62	5.638,10
NÍVEL II / G7	2.124,94	2.231,19	2.342,75	2.459,89	2.582,88	2.712,02	2.847,62	2.990,01	3.139,51	3.295,48
NÍVEL I / F6	1.659,95	1.764,95	1.874,20	1.987,91	2.066,30	2.169,62	2.278,10	2.392,00	2.511,61	2.637,19
										2.769,04

NÍVEL ESPECIAL JORNADA DE 20 HORAS - SEM INGRESSO										
III / E5 - SEM INGRESSO	722,48	758,60	796,53	836,36	878,18	922,09	968,19	1.016,60	1.067,43	1.120,80
II / D4 - SEM INGRESSO	637,48	669,36	702,82	737,97	774,86	813,61	854,28	897,00	941,85	988,94
I / C3 - SEM INGRESSO	594,98	624,73	655,97	688,77	723,21	759,37	797,33	837,20	879,06	923,01
										969,17
NÍVEL ESPECIAL JORNADA DE 40 HORAS - SEM INGRESSO										
III / E5 - SEM INGRESSO	1.444,96	1.517,21	1.593,07	1.672,72	1.756,36	1.844,18	1.936,38	2.033,20	2.134,85	2.241,61
II / D4 - SEM INGRESSO	1.274,96	1.328,71	1.405,85	1.478,93	1.549,73	1.627,21	1.708,57	1.794,00	1.883,70	1.977,89
I / C3 - SEM INGRESSO	1.189,97	1.249,47	1.311,94	1.377,54	1.446,41	1.518,73	1.594,97	1.674,40	1.758,17	1.846,03
										1.938,33

MENSAGEM N.º 41/2011

Curitiba, 17 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar o Anexo I da Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, conforme específica.

Primeiramente, cumpre ressaltar que a presente proposta legislativa tem como objetivo dar continuidade ao conjunto de ações desta Administração Estadual voltadas a uma política remuneratória de valorização dos Profissionais do Magistério Público do Estado do Paraná, que com seu empenho e denodo são os principais responsáveis pela posição que o Estado ocupa hoje frente aos demais, em relação ao ensino público.

Buscando reconhecer o mérito dos Professores efetivos do Estado do Paraná na Secretaria de Estado da Educação, propõe-se o percentual de 3% em julho e 2,83% em outubro de 2011, incorporáveis aos proventos.

Nesses termos, o objetivo do Governo do Estado do Paraná de equiparar os salários dos professores é reconhecer o comprometimento desses profissionais para com as famílias paranaenses.

O reconhecimento por parte do Governo, que carrega consigo um comprometimento perante a classe dos professores, garante uma contrapartida remuneratória para esses Profissionais, com a presente proposição de elevação do percentual de ganho para o período de 2011.

Diante do exposto e certo da importância do projeto de alteração do Art. 23 da Lei Complementar 103/2004, solicito que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



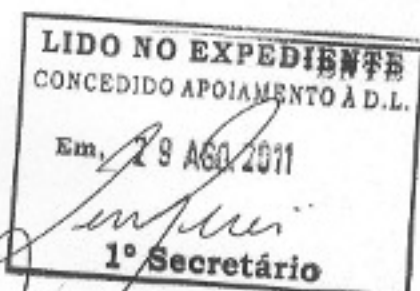
Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 17 de agosto de 2011
OF CEE/G 123/11




A DAT para leitura no
expediente
A St. par. providências
C. 29. Agosto 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 41/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
objetiva alterar o Anexo I da Lei Complementar n.º 103, de 15 de
março de 2004.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:29 29/08/2011 006667 MP ASSINATURA LEGÍTIMA DE 00394